



DEMANDAS, DESAFIOS E LIMITES DO NOVO ENSINO MÉDIO: O QUE PENSAM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

DEMANDAS, DESAFÍOS Y LÍMITES DE LA NUEVA ESCUELA SECUNDARIA: LO QUE PIENSAN LOS PROFESIONALES DE LA EDUCACIÓN PROFESIONAL

DEMANDS, CHALLENGES AND LIMITS OF THE NEW HIGH SCHOOL: WHAT PROFESSIONAL EDUCATION PROFESSIONALS THINK

José Roberto Lima¹
Sandra Lúcia Ferreira²
Carla Rubia Marques³

RESUMO

A Lei n.º 13.415/2017 estabeleceu mudanças na estrutura do Ensino Médio. Este estudo identifica e analisa novas demandas para a gestão escolar de uma Escola Técnica Estadual (ETEC), apontando os desafios e limites da implementação da referida lei, na percepção de profissionais desta instituição. Valendo-se de uma abordagem qualitativa, realizaram-se entrevistas semiestruturadas junto à equipe de gestão e docentes da ETEC sobre sua compreensão e interpretação da implementação da nova lei e expectativas sobre tal aplicabilidade. Em relação à equipe de gestão, observa-se que houve compreensão e adesão da legislação, no entanto, os docentes vislumbraram o documento com desconfiança. Para a implementação, a equipe gestora realizou ações para evitar a redução da carga horária dos docentes da ETEC, bem como a adequação do horário de aulas da unidade. Como desafios e limites, aponta-se a necessidade de ação formadora acerca da Lei n.º 13.415/2017, bem como a realização de debates em torno de alguns

¹ Mestrado Acadêmico em Educação (Políticas Públicas) pela Universidade Cidade de São Paulo (2019). Professor de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza (CPS), São Paulo.

² Mestrado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992) e doutorado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Professora titular dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Cidade São Paulo (UNICID) - Educação (PPGE) e Formação de Gestores Educacionais (PPGP-Ge), acumula cargo de Coordenação.

³ Mestrado Profissional em Formação de Gestores Educacionais pela Universidade Cidade de São Paulo (2022). Assistente de Alunos do Instituto Federal de São Paulo.

pontos polêmicos e de aspectos relacionados à qualidade de formação e aos anseios e interesses do estudante.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio; Implementação de Políticas Públicas; Educação Profissional.

RESUMEN

La Ley nº 13.415/2017 estableció cambios en la estructura de la Educación Secundaria. Este estudio identifica y analiza nuevas demandas para la gestión escolar de una Escuela Técnica Estatal (ETEC), señalando los desafíos y límites de la implementación de la mencionada ley, en la percepción de los profesionales de esta institución. Mediante un enfoque cualitativo, se realizaron entrevistas semiestructuradas al equipo directivo de ETEC y a los docentes sobre su comprensión e interpretación de la implementación de la nueva ley y expectativas sobre su aplicabilidad. En relación al equipo directivo, se observó que hubo comprensión y apego a la legislación, sin embargo, los docentes vieron el documento con recelo. Para su implementación, el equipo directivo realizó acciones para evitar reducir la carga laboral de los docentes de ETEC, así como adecuar el horario de clases de la unidad. Como desafíos y límites, se destaca la necesidad de acciones formativas en relación con la Ley nº 13.415/2017, así como la realización de debates en torno a algunos puntos y aspectos controvertidos relacionados con la calidad de la formación y los deseos e intereses del estudiante.

Palabras llave: Nueva Escuela Secundaria; Implementación de Políticas Públicas; Educación profesional.

ABSTRACT

Law n.º 13,415/2017 established changes in the structure of Secondary Education. This study identifies and analyzes new demands for the school management of a State Technical School (ETEC), pointing out the challenges and limits of implementing the

aforementioned law, in the perception of professionals from this institution. Using a qualitative approach, semi-structured interviews were carried out with the ETEC management team and teachers about their understanding and interpretation of the implementation of the new law and expectations regarding its applicability. In relation to the management team, it was observed that there was understanding and adherence to the legislation, however, the teachers viewed the document with suspicion. For implementation, the management team carried out actions to avoid reducing the workload of ETEC teachers, as well as adapting the unit's class schedule. As challenges and limits, the need for training action regarding Law No. 13,415/2017 is highlighted, as well as the holding of debates around some controversial points and aspects related to the quality of training and the student's desires and interests.

Keywords: New High School; Implementation of Public Policies; Professional education.

1. INTRODUÇÃO

A Lei n.º 13.415/2017, promulgada em 16 de fevereiro de 2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei n.º 9.394/1996, ampliando o debate sobre a composição curricular do Ensino Médio. A referida lei ficou conhecida como Novo Ensino Médio, devido às mudanças estabelecidas na estrutura da última etapa da Educação Básica.

O Ministério da Educação (MEC) utilizou como principal argumento para a reforma do Ensino Médio, a flexibilização de currículo, a partir de "itinerários formativos". Com a nova lei, o currículo do Ensino Médio passa a ser composto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por itinerários formativos: I) linguagens e suas tecnologias; II) matemática e suas tecnologias; III) ciências da natureza e suas tecnologias; IV) ciências humanas e sociais aplicadas e, V) formação técnica e profissional; sendo organizado por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino (BRASIL, 2017). No entanto, é pertinente observar se tal flexibilização do currículo, de fato, se coloca como uma maneira adequada

de contemplar as diferentes juventudes e suas culturas, atendendo o seu direito de ter respeitada suas expectativas em relação à uma formação escolar de qualidade ou se torna o currículo reducionista.

Objeto de diversas críticas e, não raro, interpretada como autoritária, tanto em relação a sua forma quanto ao seu conteúdo de política educacional, as mudanças propostas pela Lei n.º 13.415/2017 podem, para Kuenzer (2017), ser agrupadas em dois eixos : 1) a carga horária anual e; 2) organização curricular. Quanto ao primeiro, o Novo Ensino Médio determina uma ampliação progressiva de até 1.400 horas, devendo os sistemas de ensino atingirem 1.000 horas em até cinco anos (BRASIL, 2017). Para Kuenzer (2017), outro aspecto relevante da Lei n.º 13.415/2017 é que a carga horária de até 1.800 horas que atenderá à BNCC, corresponde a 60% de um percurso formativo de três anos, sendo o restante da carga horária destinada às cinco possibilidades de itinerários formativos. Em relação ao segundo, para a autora, a organização curricular pode ser uma forte inspiração, ao menos formal do princípio da flexibilidade, e sob essa justificativa, a aparente oferta de diferentes trajetórias curriculares na busca de atender aos projetos de vida dos jovens, pode admitir diferentes percursos (KUENZER, 2017).

Sobre a nova organização curricular para conter as altas taxas de evasão características do Ensino Médio, Ferretti (2018) argumenta parecer equivocado atribuir o abandono e reprovação basicamente à organização curricular, sem considerar os demais aspectos envolvidos, tais como: infraestrutura inadequada das escolas, laboratórios, bibliotecas, espaços para atividades esportivas e culturais; além da carreira dos professores; sem mencionar os diferentes contextos socioeconômicos dos alunos que podem contribuir para a evasão escolar.

Ainda sobre a flexibilização do currículo, Cunha (2017) afirma que os itinerários formativos específicos da nova lei dissimulam a retomada do dualismo do Ensino Médio nas políticas educacionais brasileiras, com a preparação para a Educação Superior para uns e a formação para o trabalho para outros.

Após o processo de redemocratização do Brasil, em 1996 foi publicada a nova LDB, que manteve a possibilidade de formação profissional no Ensino Médio, com a ressalva

que fosse “atendida à formação geral do educando” (BRASIL, 1996). Contudo, o Decreto n.º 2.208/1997 ignorou tal dispositivo, separando uma formação da outra, pelo impedimento de que ambas ocorressem no mesmo currículo.

O referido decreto gerou uma considerável reorientação do Ensino Técnico de Nível Médio até então desenvolvido no país. O Ensino Médio retoma de modo legal o sentido puramente propedêutico, enquanto os cursos técnicos são separados e passam a ser ofertados de duas formas: I) concomitante ao Ensino Médio, em que o estudante pode fazer ao mesmo tempo a última etapa da Educação Básica e um curso técnico, mas com matrículas e currículos distintos, podendo os dois cursos serem realizados na mesma instituição (concomitância interna) ou em instituições diferentes (concomitância externa) e; II) subsequente ao Ensino Médio, destinada a quem já concluiu esta etapa.

Em 2004, o Decreto n.º 2.208/1997 foi revogado pelo Decreto n.º 5.154/04 que fundamentou a concepção de Ensino Médio Integrado (EMI), justificado como ponto de partida para superação das marcas economicistas e tecnicistas em busca da compreensão de uma formação humana.

Partindo da contextualização do cenário da EPT no Brasil, destacando em especial as principais alterações legais do Ensino Médio após a LDB, este estudo detalha algumas das principais diretrizes da reforma do Novo Ensino Médio proposta pela Lei n.º 13.415/2017. Para isso, tivemos maiores discussões sobre algumas legislações educacionais até chegarmos à publicação da lei do Novo Ensino Médio.

Com o objetivo de identificar e analisar novas demandas para a gestão escolar de uma instituição de EPT, provenientes da implementação da reforma do Ensino Médio, adotamos uma abordagem qualitativa e realizamos entrevistas semiestruturadas junto à equipe de gestão e docentes de uma Escola Técnica Estadual (ETEC), a fim de identificar os desafios e limites de implementação desta reforma na percepção dos profissionais desta instituição. A opção por uma abordagem qualitativa se deu pela compreensão desta estar relacionada às motivações de um grupo em compreender e interpretar determinados comportamentos, opiniões e expectativas dos indivíduos de uma população. Para Goldenberg (2004), a abordagem qualitativa não tem o intuito de obter

números como resultados, mas percepções que apontam caminhos sobre uma questão-problema.

Diante disso, procurou-se elucidar quais as novas demandas criadas com a implementação da Lei n.º 13.415/2017 na ETEC, tendo em vista certas características e contingências que influenciam os processos de sua implementação.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A Educação Profissional e Tecnológica pós redemocratização do Brasil

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) prevê o direito à educação, como um direito fundamental de natureza social. Nos anos 1990, em meio ao processo de discussão com a sociedade em torno da elaboração de uma nova LDB, verificaram-se alguns dos antecedentes históricos que orientaram a proposição de Ensino Médio Integrado a uma formação profissional específica nessa etapa de escolarização no Brasil. Neste contexto histórico os educadores brasileiros mobilizaram-se em torno da possibilidade de propor um sistema educacional voltado para a emancipação da classe trabalhadora do país. Entendia-se o ensino médio como etapa final da educação básica, com a finalidade de consolidar os estudos iniciados nas séries anteriores. O caráter desse momento formativo oscilava de acordo com o modelo econômico e sempre separava a formação para o trabalho manual da intelectual, sendo que esta diferenciação poderia ser superada pela educação unitária que tinha o trabalho como princípio educativo (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

A LDB de 1996 manteve a possibilidade da formação profissional no Ensino Médio com a ressalva de que esta deveria atender à formação geral do educando. No entanto, o Decreto n.º 2.208/97 – que instituiu as principais políticas públicas de intervenção no âmbito da educação e formação de trabalhadores na Educação Básica no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) – ignorou tal possibilidade, separando uma formação da outra, pelo impedimento de que ambas ocorressem no mesmo currículo. Assim, o ensino médio retoma de modo legal o sentido puramente propedêutico,

enquanto os cursos técnicos são separados e passam a ser oferecidos de duas formas: concomitante ao médio ou sequencial. Para Kuenzer (2000, p.28), a desvinculação da educação profissional da educação regular com o Decreto n.º 2.208/97, “[...] configura-se como a grande categoria explicativa da constituição do ensino médio e profissional no Brasil, legitimando a existência de dois caminhos bem diferenciados a partir das funções essenciais do mundo da produção econômica [...]”.

Posteriormente, o referido decreto foi revogado por meio do Decreto n.º 5.154/04, que fundamentou a concepção de EMI e orientou a discussão de instituições e sistemas de ensino na busca da compreensão de uma formação humana atrelada à formação profissional no ensino médio. O EMI é aquele possível e necessário em uma realidade conjunturalmente desfavorável – em que os filhos dos trabalhadores precisam obter uma profissão ainda no nível médio, não podendo adiar este projeto para o nível superior de ensino – mas que protagonize mudanças para, superando-se essa conjuntura, constituir-se em uma educação que contenha elementos de uma sociedade justa (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Fica evidente, portanto, que entende-se que o currículo integrado no Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio deva ser alicerçado por entendimentos críticos da educação, visto que é por meio integração dos saberes que emergem as compreensões de que os sujeitos são produzidos historicamente por meio de movimentos dialéticos com a natureza. Enquanto os indivíduos atuam sobre a natureza e, neste caso, sob a forma do trabalho, também o são modificados por ele, em um processo constante de interação no qual a realidade efetiva se forma por meio de um agregado de múltiplas relações, que muitas das vezes escapa da previsibilidade e do eficientismo de um currículo neutro e de bordas bem delimitadas (SOARES; AVILAR; PASQUALLI, 2023).

A EPT articulada ao ensino de nível médio, recebeu novas diretrizes propostas pela Lei nº 11.741/2008, que acrescentou a finalidade de promover a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos, a preparação para o trabalho e facultativamente a

habilitação profissional. Na atual LDB, a EPT é apresentada como uma modalidade educacional voltada ao desenvolvimento de aptidões para o trabalho. Nesses termos, a lei indica algumas possibilidades de organização a partir da integração com as diferentes formas de educação e “articulação com o ensino regular ou por meio de diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (BRASIL, 1996). Apresenta ainda a explicitação de que as escolas técnicas e profissionais (até então identificadas como aquelas que ofertavam predominantemente cursos de 2º grau de caráter técnico ou profissionalizante), “além de seus cursos regulares”, passarão a ofertar “cursos especiais, abertos à comunidade”, voltados para a educação profissional, sem condicionamento da matrícula aos níveis de escolaridade (BRASIL, 1996). Assim, a EPT de nível médio passou a ser desenvolvida de forma articulada, concomitante ou subsequente, aproveitando as oportunidades educacionais disponíveis, ou, em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

2.2 A implementação da Lei nº 13.415/2017

O Projeto de Lei n.º 6.840/2013 tramitou no Congresso Nacional desde 2013 e vinha propondo alterações na LDB, dentre elas a de instituir uma jornada em tempo integral no ensino médio e dispor sobre organização dos currículos desse segmento em áreas do conhecimento (BRASIL, 2013). Em setembro de 2016 foi editada e promulgada a Medida Provisória 746/2016 (MP 746/16), em que era apresentado o Novo Ensino Médio. A referida MP destacava a implementação de escolas de ensino médio em tempo integral. Após tramitar e sofrer as modificações no Congresso Nacional a MP 746/16 foi promulgada como a Lei nº 13.415/2017.

As mudanças propostas pela Lei n.º 13.415/17 podem ser agrupadas em dois eixos: o primeiro deles a carga horária, e o segundo a organização curricular. A referida lei em relação à carga horária determina uma ampliação progressiva até 1.400 horas, sendo que os sistemas de ensino devem atingir 1.000 horas em até cinco anos. Assim, a ampliação prevê para os próximos cinco anos uma carga inicial de cinco horas, devendo

atingir progressivamente sete horas diárias e por consequência o período integral (KUENZER, 2017).

A partir da vigência da referida lei, as escolas que ofertam o ensino integral e atendam os critérios do MEC serão contempladas com apoio financeiro por um período de dez anos. Para tanto, é preciso formalizar o termo de compromisso, explicitar ações a serem realizadas, bem como as metas a serem atingidas. O repasse se dará mediante cálculo do número de matrículas cadastradas e da disponibilidade orçamentária do MEC (KUENZER, 2017).

Em relação à organização curricular determinada pela Lei n.º 13.415/17, verifica-se uma forte inspiração, ao menos formal do princípio da flexibilidade, e sob essa justificativa a aparente oferta de diferentes trajetórias curriculares na busca de atender aos projetos de vida dos jovens. Isto se daria através de uma organização curricular alegadamente pautada por diferentes percursos formativos oferecidos pelas redes de ensino públicas. Assim, a carga horária de até 1.800 horas e organizada em itinerários formativos, atenderia à BNCC e incluiria a parte diversificada prevista na LDB. De acordo com Kuenzer (2017), a organização dos itinerários formativos ocorrerá da seguinte forma:

[...] serão organizados por meio de diferentes arranjos curriculares, podendo ou não estar integrados à formação comum, e devem levar em conta o contexto local e as possibilidades dos sistemas de ensino. Só são duas as disciplinas obrigatórias nos três anos do ensino médio: língua portuguesa e matemática; as demais, e entre elas artes, educação física, sociologia e filosofia, devem ser obrigatoriamente incluídas, mas não por todo o percurso, o que pode significar apenas um módulo de curta duração. A língua inglesa tem oferta obrigatória; os sistemas de ensino poderão ofertar outras línguas, mas em caráter optativo (KUENZER, 2017, p. 335)

Cada sistema de ensino definirá quais itinerários formativos serão ofertados levando em conta suas condições concretas, mas é obrigatório que pelo menos dois itinerários formativos sejam ofertados aos alunos por município. Desse modo, o aluno pode não ter à sua disposição em sua escola ou mesmo no município em que reside, o

itinerário formativo com o qual mais se identifica, minando a aparente alegação do caráter flexível da nova lei do ensino médio.

A lei prevê que o aluno poderá cursar mais de um itinerário, desde que haja vaga. Os certificados habilitam a continuidade dos estudos no ensino superior, mas o itinerário cursado com o aprofundamento apenas em determinada área reduzirá a possibilidade de acesso às demais, o que pode incentivar os alunos a frequentarem os cursinhos pré-vestibulares (KUENZER, 2017). Caberia assim às unidades escolares, a orientação dos estudantes no processo de escolha das áreas de conhecimento ou de atuação profissional.

A Lei n.º 13.415 também prevê, de forma geral, a oferta futura de Educação a Distância; a oferta de formações experimentais em áreas não contempladas pelo catálogo nacional de cursos técnicos do MEC (desde que haja aprovação prévia pelo Conselho de Educação de cada unidade federativa e à homologação pelas respectivas Secretarias de Educação) e a certificação profissional em nível nacional, com possibilidade de prosseguimento de estudos em nível superior (BRASIL, 2017).

Observa-se ainda, outra alteração relevante, que diz respeito à introdução da possibilidade de organização do ensino médio em módulos e da adoção do sistema de créditos com terminalidade específica. Também são admitidos convênios com instituições de educação à distância (BRASIL, 2017).

Em relação à atuação docente, de acordo com a referida lei são admitidos profissionais com notório saber para ministrar conteúdos de áreas afins a sua formação ou experiência profissional. As exigências para a atuação desses profissionais são: comprovação de titulação específica ou prática de ensino em instituições educacionais; atuação em corporações privadas. Assim, as atuações docentes desses profissionais serão consideradas como complementações pedagógicas, e cumprirão o que é disposto pelo Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2017). A lei também altera a jornada de trabalho do professor quando flexibiliza o que era determinado pela Consolidação das Leis do Trabalho. Kuenzer (2017) explicita que a formação e a contratação de docentes foi precarizada e configurou-se em um nítido processo de desprofissionalização, ao se

admitir o notório saber para ministrar conteúdos em áreas afins a sua formação e experiência profissional.

A Lei n.º 13.415/17 também traz impactos diretos na organização dos cursos de formação de professores, quando obriga que os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a BNCC, implicando na reestruturação dos próprios currículos desses cursos, com base na exigência de competências e habilidades (BRASIL, 2017).

A implantação das alterações dispostas na Lei n.º 13.415/17 tem prazo máximo para início em dois anos após a publicação da BNCC. Sendo assim, no primeiro ano subsequente à publicação da BNCC é necessário que os sistemas de ensino construam um cronograma para efetivação das alterações propostas e, no segundo ano, iniciem o processo de implantação nas escolas.

2.2.1 Discussões da reforma do Novo Ensino Médio proposta pela Lei nº 13.415/17

A reforma curricular proposta Lei n.º 13.145/17 tem como objetivo tornar o currículo mais flexível, e dessa forma, atender aos interesses dos alunos do Ensino Médio. A proposta tem apoio em duas justificativas: a baixa qualidade do Ensino Médio ofertado no país e a necessidade de torná-lo atrativo aos alunos, em face dos índices de abandono e reprovação. A baixa qualidade do Ensino Médio é respaldada pelos índices de avaliação externa que se tem obtido junto a esse segmento, mas também junto ao segmento do ensino fundamental.

Segundo Ferreti (2018), outro aspecto que precisa ser considerado em relação ao afastamento dos jovens da escola e principalmente do Ensino Médio pode decorrer da necessidade desse jovem contribuir para a renda familiar, bem como o que é sugerido pela mídia, atender necessidade de pertencimento e de satisfação das necessidades próprias a sua idade e convivência social. Para o autor, a Lei n.º 13.145/17 parece apoiar-se numa concepção restrita de currículo que reduz a riqueza do termo à matriz curricular

e tende a insistir na perspectiva de que o conjunto de problemas relacionados ao Ensino Médio público se resolverá apenas por meio da alteração curricular, o que contraria as experiências vividas por governos anteriores e o que parte da literatura educacional entende por currículo:

[...] o conjunto de ações e atividades realizadas pela escola tendo em vista a formação de seus alunos, as quais são, obviamente, afetadas pelo acima indicado, assim como pelo clima das relações existentes interiormente à unidade escolar e desta com seu entorno e com as famílias dos educandos (FERRETTI, 2018, p.27).

Kuenzer (2017) ressalta que a centralidade do currículo em português e matemática parece evidenciar uma preocupação central em relação ao que se verifica em avaliações externas, assim como apontar que o conhecimento flexível é necessário para atender às demandas do setor produtivo. Para a autora, as cadeias produtivas precisam de trabalhadores com qualificações desiguais e diferenciadas e cabe, portanto, à escola realizar a distribuição desigual do conhecimento. Na perspectiva de Cunha (2017), os itinerários formativos específicos da nova Reforma dissimulam a retomada do dualismo do ensino médio nas políticas educacionais brasileiras, com a preparação para o Ensino Superior para uns e formação para o trabalho para outros.

2.2.2 O Novo Ensino Médio em uma Escola Técnica Estadual

Para Souza (2006), não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. No entanto, a autora, a partir de um elenco de diferentes definições sintetiza o conceito de política pública como:

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos

democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006).

A autora complementa que:

[...] as políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006).

Arretche (2001), respaldada na referência de Mitnick & Backoff (1984), aponta como fatores relevantes no sucesso efetivo na implementação de políticas públicas a obtenção de respostas efetivas a três perguntas relativas à compreensão, à adesão e às condições institucionais: I) se os agentes implementadores de fato conhecem o programa; II) se há aceitação dos objetivos e regras do programa e III) quais as condições institucionais para implementação de programas.

Este estudo se propõe a estudar a implementação de uma política pública educacional. Neste sentido, configuram-se como agentes implementadores de uma política pública: o diretor, o coordenador pedagógico, os coordenadores de cursos e os professores de uma unidade da ETEC, ressaltando, a importância da atuação da “equipe de gestão”, dado o que é atribuído a eles pela legislação vigente.

Ainda que a legislação estabeleça o que e como as gestões escolares e os professores devem fazer para implementar, de forma satisfatória, o Novo Ensino Médio, o peso e destaque a esses agentes de implementação ou “burocratas do nível de rua” podem variar ou mesmo serem desconsiderados tendo em vista o foco da análise pretendida. Para uma melhor análise, elaboramos categorias de observação, a partir dos seguintes aspectos: compreensão, adesão, ambiente institucional e discricionariedade.

O estudo, de abordagem qualitativa - que se relaciona às motivações de um grupo em compreender e interpretar determinados comportamentos, a opinião e as expectativas dos indivíduos de uma população - não tem o intuito de obter números como resultados, mas percepções que possam apontar caminhos sobre uma questão-problema e foi fundamentado na pressuposição de que implementar políticas públicas educacionais é uma iniciativa institucional de relevância e com ampla complexidade, influenciada e

transformada por diversos fatores. A implementação de políticas públicas educacionais é passível de sofrer influências de aspectos individuais e relacionais dos agentes implementadores; dos elementos institucionais e organizacionais, como também do contexto onde esses processos acontecem.

Segundo Passos (2006), a ETEC foi criada pelo decreto-lei de 6 de outubro de 1969, com o objetivo de organizar os primeiros cursos superiores de tecnologia, iniciando suas atividades em 1970. No decorrer das décadas, englobou também a educação profissional do estado de São Paulo em nível médio, absorveu unidades já existentes e construiu novas ETECs e Fatecs e expandiu o ensino profissional para todas as regiões do estado.

As três primeiras ETECs foram criadas em 1911, voltadas ao ensino das artes industriais para jovens e adolescentes do sexo masculino e de economia doméstica e prendas manuais para meninas. São elas, a Escola Profissional Masculina e a Escola Profissional Feminina, ambas na capital, no bairro operário do Brás. A terceira foi criada no interior do estado, a Escola Profissional de Artes e Ofícios de Amparo, onde começou em 1913 o ensino de profissões voltadas ao ramo industrial.

A Unidade do Ensino Médio e Técnico, dentro da estrutura organizacional do Centro Paula Souza, responde pelos cursos técnicos e de ensino médio oferecidos nas diferentes modalidades presenciais e à distância.

De acordo com Regimento Comum das ETECs no seu artigo 15, a administração da ETEC é composta por:

- I – Direção;
- II – Coordenação Pedagógica;
- III – Serviços Administrativos;
- IV – Serviços Acadêmicos;
- V – Serviços de Relações Institucionais (CEETEPS, 2013).

E também como descrito no Regimento Comum, as ETECs são escolas públicas e gratuitas, que têm por finalidades:

I - capacitar o educando para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para sua inserção e progressão no trabalho e em estudos posteriores;

II - desenvolver no educando aptidões para a vida produtiva e social;

III - constituir-se em instituição de produção, difusão e transmissão cultural, científica, tecnológica e desportiva para a comunidade local ou regional (CEETEPS, 2013).

As ETECs podem oferecer cursos e programas, presenciais ou a distância, de educação profissional de formação inicial e continuada ou qualificação Profissional, nas formas previstas pela legislação. Educação profissional técnica de nível médio, além de ensino médio e educação de jovens e adultos em nível de educação básica, preferencialmente em articulação com a educação profissional.

3. METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa foi adotada uma abordagem qualitativa. Esta abordagem está mais relacionada às motivações de um grupo em compreender e interpretar determinados comportamentos, a opinião e as expectativas dos indivíduos de uma população. É uma abordagem exploratória sem o intuito de obter números como resultados, mas percepções que possam apontar caminhos sobre uma questão-problema. Como é exposto por Goldenberg:

Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc (GOLDENBERG, 2004, p.14).

Ainda em relação a essa abordagem, Guerra esclarece sobre o objetivo do aprofundamento na compreensão da questão em pauta:

Na abordagem qualitativa, o cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos

próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito (GUERRA, 2014, p. 11).

A pesquisa foi fundamentada na pressuposição de que implementar políticas públicas educacionais é uma iniciativa institucional de relevância e com ampla complexidade, influenciada e transformada por diversos fatores, conforme visto na literatura especializada. A implementação de políticas públicas educacionais é passível de sofrer influências de aspectos individuais e relacionais dos agentes implementadores; dos elementos institucionais e organizacionais, como também do contexto onde esses processos acontecem.

Foi adotada para esta pesquisa, a entrevista semiestruturada, que possui como característica principal, o uso de roteiro previamente elaborado, mas que permite algumas intervenções por parte do entrevistador. Os representantes da unidade da ETEC a serem entrevistados são: o diretor, o coordenador pedagógico, um coordenador do curso e dois professores.

O Gestor 1 tem mais de vinte e cinco anos de atuação na educação como professor e nos últimos sete anos atuou como diretor de unidade. Atuou na Rede Estadual do Estado de São Paulo, na Rede Municipal da Cidade de São Paulo, e desde 1997 no CPS. Possui tecnólogo em Construção Civil, licenciatura, especialização e mestrado em Matemática.

O Gestor 2 tem mais de dez anos de atuação na educação como professora, coordenadora de curso e coordenadora pedagógica e atuando no CPS pelo mesmo período de tempo. Possui graduação em Nutrição e especialização em Gestão Econômica e Financeira.

O Gestor 3 tem mais de treze anos de atuação na Educação como professor e coordenador de curso e atua no CPS por mais de sete anos. Possui bacharelado em Sistema da Informação, especialização em Desenvolvimento de Sistemas Corporativos em Java e é mestrando em Ciências da Computação.

O Professor 1 tem mais de treze anos de atuação na Educação como professora e atuando no CPS pelo mesmo período de tempo. Possui licenciatura em Letras (Português e Inglês) e especialização em Língua Inglesa.

O Professor 2 tem mais de dezenove anos de atuação na Educação como professora e coordenadora de curso e atuando no CPS pelo mesmo período de tempo. Possui tecnólogo em Processamento de Dados e especialização em Educação

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Compreensão acerca da lei do Novo Ensino Médio

Quais as suas impressões (sua opinião) sobre a nova lei do Novo Ensino Médio? Ela irá ajudar a escola e os alunos que fazem ensino médio no Brasil?

O gestor 1 acredita haver a necessidade da mudança e cita como os indicadores são desfavoráveis para essa etapa do ensino no país. Ele ainda aponta as possíveis causas dessa má qualidade e também acena com as possíveis soluções.

O gestor 2 manifesta haver ainda um desconhecimento grande da nova lei entre os profissionais da educação e também muitas críticas e poucas opiniões favoráveis e otimistas em relação ao seu sucesso.

O gestor 3 expressa a sua preocupação em relação à infraestrutura das escolas de forma geral e mais especificamente em relação à inclusão digital de determinadas localidades, comparando os grandes centros urbanos com localidades mais afastadas. A respeito da segunda parte do questionamento, ele acredita que a lei do Novo Ensino Médio trará benefícios, por conta da busca da melhoria do ensino, mas enfatiza a questão da necessidade de uma melhor infraestrutura para as escolas e também aponta a qualificação docente como fator que influencia.

O professor 1 cita a previsão de aumento do número horas, de 800 para 1000 horas, e o classifica como um fator interessante na possibilidade de desenvolvimento do aluno.

O professor 2 destaca a situação da educação no Brasil e a classifica como sucateada e desvalorizada pelos seus diversos atores. Em relação à segunda parte do questionamento, ele acredita que a nova lei é mais uma tentativa de oportunizar ao aluno a possibilidade de escolha e deixar a escola um pouco mais atrativa.

O que se pode observar por parte da equipe de gestão é que esta possui uma razoável compreensão da Lei nº 13.415/17, pelo menos no que diz respeito ao itinerário formativo de formação técnica e profissional. Mas também é observável certo desconhecimento dos processos de implementação de políticas públicas por parte da equipe. Sendo assim, algumas das ações tomadas tiveram como base os conhecimentos empíricos e/ou as intuições pessoais dos atores envolvidos. Em relação aos professores observa-se um desconhecimento maior da lei e dos procedimentos de implementação.

Percebe-se que a compreensão da lei do Novo Ensino Médio se deu mais por conta de instruções repassadas por instâncias superiores da instituição a qual a unidade da ETEC está inserida, do que por estudos ou discussões que objetivaram a implementação dessa política pública educacional. Desta forma é possível verificar como aponta Arretche (2001), que a implementação de uma política pública pressupõe obrigatoriamente que haja uma relação entre a autoridade central e os agentes implementadores. A autora afirma que as ações dos agentes implementadores precisam estar necessariamente pautadas na “legislação” e nas “normas determinadas pela agência formuladora”.

No entanto verifica-se a necessidade de uma ação formadora acerca da Lei n.º 13.415/17 com a comunidade escolar que levasse a sua compreensão e de também de estabelecer debates em torno dos pontos polêmicos desta nova lei. Além de uma discussão aberta com envolvidos a respeito dos processos de implementação de políticas públicas.

4.1.1 Adesão acerca da implementação da lei do Novo Ensino Médio

A segunda questão é se aceitam os objetivos e regras do programa: caso discordem das prioridades estabelecidas podem eleger suas próprias: Em sua opinião,

quais as demandas que a implantação do Novo Ensino Médio trará ou vem trazendo para essa unidade da ETEC?

O gestor 1 argumenta sobre o tipo de formação realizada pelo CPS, a qual será afetada somente de modo indireto pela implantação do Novo Ensino Médio.

O gestor 2 declara que uma das principais demandas que a implantação do Novo Ensino Médio trouxe para a unidade foram as mudanças na base comum do currículo ocasionando a redução de alguns componentes dessa base.

O gestor 3 enxerga os novos cursos implantados como sendo mais enxutos do que a modalidade anterior, o que proporciona um melhor aproveitamento por parte dos alunos e possibilitaria a unidade funcionar de forma mais organizada. Ele comenta que também melhorou as condições para que os professores pudessem preencher suas cargas horárias e destaca ainda o melhor aproveitamento da infraestrutura da unidade e a melhoria na gestão por conta da diminuição dos serviços terceirizados.

O professor 1 comenta que embora exista uma grade curricular prevendo maior integração das disciplinas, essa integração é mal planejada e os alunos acabam recebendo o mesmo de antes.

O professor 2 acredita não ter havido uma ponderação sobre o conteúdo que formaria para o trabalho e para a vida.

Em relação à adesão à legislação do Novo Ensino Médio se pode observar por parte da equipe de gestão uma boa aceitação e a ciência das demandas que a lei trouxe e ainda trará para o dia a dia da unidade. Bem como, um discurso alinhado na defesa da nova política que está sendo implantada. Verifica-se nas falas da equipe de gestão um destaque dos pontos positivos da nova lei na rotina escolar da unidade.

O mesmo já não ocorre no caso dos professores, que não enxergam grandes mudanças na nova lei em relação à antiga, e mesmo concordando com a necessidade da mudança, eles recebem com desconfiança a implementação a nova lei do Novo Ensino Médio e defendem uma melhor formação dos alunos, que considere uma integração que proporcione avanços no aprendizado profissional, bem como para a vida. Indo ao encontro com que propõe a LDB em seu Art. 1º: "A educação abrange os processos

formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, [...]”.

4.1.2 Verificação do ambiente institucional e a da discricionariedade dos agentes implementadores acerca da implementação da lei do Novo Ensino Médio

A terceira questão apontada é se as condições institucionais são adequadas para implementação do programa: caso não encontrem condições ideais os implementadores poderão promover adaptações que se distanciam do objetivo do programa: Com a implantação, nesta unidade da ETEC, de cursos com base do Novo Ensino Médio, houve redução da carga horária para docentes? Quais as implicações dessa redução? Quais ações da Equipe de Gestão da unidade da ETEC para equalizar a questão da redução da carga horária no Ensino Médio? Qual ou quais são suas percepções sobre essas ações?

O gestor 1 afirma que houve uma redução em alguns componentes relacionados à base comum, mas que em relação a carga geral oferecida na unidade houve um pequeno aumento em consequência de a carga horária da base profissional ter aumentado de forma significativa. O que ele analisa como bom, por não haver uma redução na carga geral, mas o que causa certa preocupação em compor o quadro de professores ligados à formação profissional.

O gestor 2 entende que houve a redução da carga horária em alguns componentes, o que o impactaria na possibilidade de o professor atribuir a mesma quantidade de aulas de anos anteriores. Ele diz que a gestão com o propósito de minimizar esse impacto implantou um número maior de cursos, assim ele considera que essa tenha sido uma das principais estratégias da gestão nessa questão.

O gestor 3 avalia que a princípio haveria uma redução involuntária da carga horária para docentes, mas a equipe de gestão aumentou o número de cursos abertos de quatro para seis, o que evitou o impacto dessa redução. Ele considera que essa ação supriu a

necessidade para evitar a redução da carga horária do professor e em alguns casos houve até aumento dessa mesma carga horária.

O professor 1 concluiu que houve sim uma redução de carga horária com a retirada de parte da carga ou com a redistribuição em anos seguintes. E que essa redução impactaria na vida financeira do professor ou até em um maior deslocamento entre várias unidades para recompor a carga perdida. Ele entende que uma ação da gestão no sentido de minimizar esse impacto é que houve um aumento do número de cursos ofertados pela unidade. E sim essa ação suprir pelo menos parcialmente a redução ocorrida.

O professor 2 afirma que houve uma redução de carga horária para o professor, o que obrigaria o professor a migrar para outros períodos ou outras unidades. Ele aponta que a principal ação da equipe de gestão nesse caso foi ampliar o número de cursos ofertados pela unidade, o que supriu a necessidade do professor em relação à sua carga horária. Ele diz não se lembrar de nenhuma outra estratégia da equipe de gestão.

E ainda com intuito de verificar-se condições institucionais são adequadas para exercerem suas atividades, assim como a discricionariedade dos agentes implementadores, os entrevistados foram questionados com outro grupo de perguntas: Na implantação destes novos cursos há adequações nos horários em função de carga horária diferente dos demais cursos já oferecidos na unidade? Na sua percepção estas adequações atenderam a necessidade da comunidade escolar? Como? Há outras adequações a serem feitas? Quais?

O gestor 1 declara que houve adequação na questão do horário, que aconteceu em grande parte em função de atender condições variantes ligadas ao professor por conta de legislação trabalhista engessada. O gestor 2 afirma que houve adequação na questão do horário, pois eram quatro cursos em horário integral, e que passaram para seis novos cursos em períodos de seis horas aulas e que a estratégia utilizada foi dividir esses seis cursos em dois períodos. O gestor 3 afirma que houve adequações nos horários de entrada e saída dos alunos e que também foram preciso ajustes da equipe de limpeza.

O professor 1 informa que houve adequações nos horários, na medida do possível, em busca de atender as necessidades do curso e do professor. Ele acredita que novas

adequações serão necessárias e que percebe que ações são realizadas com rapidez para tentar equacionar as questões que surgem no decorrer do processo de implementação.

O professor 2 afirma ter percebido uma ampliação dos horários de funcionamento da unidade. Ele também afirma terem sido eficientes essas adequações feitas no horário, mas não saberia dizer se haveria necessidade de outras adequações.

As falas dos entrevistados parecem indicar que as estratégias utilizadas pelos agentes implementadores da “equipe de gestão” em relação à carga horária dos cursos podem ter sido importantes para viabilizar boas condições institucionais para a implementação do Novo Ensino Médio. E de fato houve uma redução na comparação com o ETIM até então vigente nessa unidade da ETEC.

Outra ação verificada também como positiva pelos entrevistados foram as adequações de horários, pois com a oferta de duas novas turmas foi necessário ampliar o horário de funcionamento da unidade.

Com o objetivo de verificar qualquer outra informação que poderiam caracterizar-se como discricionariedade dos agentes implementadores e ter relevância no complemento da pesquisa, os entrevistados foram questionados da seguinte forma: Há, nesta unidade escolar, aplicação de novos procedimentos com o objetivo de cumprir as novas exigências legais? Quais? Na sua percepção há outros aspectos da legislação que foram objeto de discussão na unidade? Quais? Em sua opinião, quais os desafios que se impuseram para gestão dessa escola implantar essa legislação nesta unidade?

O gestor 1 afirma ter havido aplicação de novos procedimentos com intuito de atender as necessidades dos professores. Ele enfatiza a exigência do acompanhamento pedagógico de forma mais enfática para auferir a eficácia da nova legislação no tocante a qualidade nessa etapa de ensino. O gestor 2 enfatiza que os ajustes em relação aos horários têm como objetivo adequar as necessidades da comunidade escolar. Ele também pontua a respeito das discussões em torno das grades dos cursos e de sua carga horária, para atender as demandas dos novos cursos e da comunidade escolar como um todo. O gestor 3 afirma ter havido procedimentos em relação aos ajustes do horário de

funcionamento da unidade, que também houve pequenos ajustes em espaços de aula e diz ter havido discussões a respeito dos novos cursos a serem implementados.

O professor 1 afirma apenas ter percebido ajustes feitos nos horários para atender a implementação dos novos cursos na unidade.

O professor 2 afirma ter percebido ajustes nos horários para a implementação dos novos cursos na unidade. E afirma não ter havido outras discussões ou informações sobre essa implementação.

Por meio desta última parte da entrevista foi possível verificar a adoção de alguns procedimentos na unidade da ETEC para atender a implantação de cursos. Essas ações da equipe de gestão buscam minimizar os impactos em relação aos números de aulas disponíveis na unidade e também na elaboração de um horário mais elástico, que possibilitam ao professor uma maior oportunidade na atribuição de aulas, ambas as ações colaboram na manutenção para as boas condições do ambiente institucional. No entanto faltaram ou se perderam no tempo as discussões sobre essa implantação e sobre a nova lei de modo geral, bem como as discussões de caráter pedagógico da lei que poderiam impactar na qualidade do ensino e dos aspectos que contemplariam os diferentes anseios e interesses dos alunos deste nível de ensino.

A respeito da compreensão foi possível afirmar que houve a compreensão razoável da equipe de gestão, sendo que o mesmo não ocorreu em relação aos professores, assim é necessário destacar uma necessidade de haver maior esclarecimento tanto da lei a ser implementada, como dos processos que envolvem essa implementação.

Em relação aos professores observa-se um desconhecimento maior da lei e dos procedimentos de implementação de políticas públicas. Assim, pode-se verificar uma boa adesão principalmente por parte da equipe de gestores, sempre com um discurso positivo e alinhado com a proposta da nova lei a ser implementada. O que corrobora com o afirmado por Arretche (2001), que aponta como um dos fatores relevantes no sucesso efetivo na implementação de políticas públicas a obtenção de respostas efetivas à adesão: “[...] aceitação dos objetivos e regras do programa. Pode ocorrer que, embora conhecendo os objetivos do programa, os implementadores discordem das prioridades

estabelecidas e elejam suas próprias prioridades [...] como sua referência de atuação”. O mesmo não ocorre no caso dos professores, que recebem com desconfiança a implementação da nova lei do Novo Ensino Médio.

Nesta análise de resultados foi possível inferir que: em relação à compreensão acerca da lei do Novo Ensino Médio houve uma razoável compreensão por parte da equipe de gestão, ainda que importante, não resolve todos os problemas dos processos de implementação. Mas o mesmo não ocorreu no caso dos professores, que não enxergaram grandes mudanças na nova lei em relação à antiga; em relação à adesão acerca da lei do Novo Ensino Médio por parte da equipe de gestão uma boa aceitação e a ciência das demandas que a lei trouxe e ainda trará para o dia a dia da unidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi fundamentada na pressuposição de que implementar políticas públicas educacionais é uma iniciativa institucional de relevância e com ampla complexidade por motivo de ser influenciada e transformada por diversos fatores.

A pesquisa foi realizada na unidade da ETEC localizada na zona leste da cidade de São Paulo, que implantou em 2019 o Ensino Médio com habilitação técnica profissional-Tec, baseada na Lei 13.415/17 em substituição ao Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio. O questionamento se contextualizou em tornos dos seguintes aspectos: compreensão, adesão, verificação do ambiente institucional e da discricionariedade dos agentes implementadores acerca da implementação da lei do Novo Ensino Médio

A respeito da compreensão foi possível afirmar que houve a compreensão razoável da equipe de gestão, sendo que o mesmo não ocorreu em relação aos professores, assim é preciso destacar a necessidade de haver maior esclarecimento tanto da lei a ser implementada, como dos processos que envolvem essa implementação.

Com relação à adesão pode-se afirmar que houve uma boa adesão por parte da equipe de gestores, mas o mesmo não ocorreu no caso dos professores, que receberam com desconfiança a implementação da nova lei do Novo Ensino Médio.

Acerca das condições institucionais e a discricionariedade dos agentes implementadores ficou evidente qual fator (a redução da carga horária para docentes) poderia causar impactos negativos e a equipe de gestão foi estratégica em propor uma solução assertiva aumentando o número de turmas e adequando os horários.

Por meio da pesquisa foi possível identificar e analisar como novas demandas para a gestão escolar provenientes da implementação da reforma do Novo Ensino Médio: a necessidade do aumento de turmas dos novos cursos implantados com intuito de evitar a redução de carga horária dos professores da unidade, bem como a adequação do horário da unidade para atender a implantação desses novos cursos. E também, apontar desafios e limites na percepção de profissionais dessa unidade escolar de educação profissional: a necessidade de uma ação formadora acerca da lei do Novo Ensino Médio com a comunidade escolar que levasse a sua compreensão e de também de estabelecer debates em torno dos pontos polêmicos desta nova lei, principalmente dos aspectos relacionados à qualidade de formação dos alunos desse nível de ensino e de seus anseios e interesses.

Além dos objetivos da pesquisa foi possível ampliar a compreensão da modalidade de educação profissional no contexto das políticas educacionais assumidas pelo país e discutir a Lei nº 13.415/17, que alterou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto n.º 2.208/97**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União.

BRASIL. **Decreto n.º 5.154/2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União.



BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional..

BRASIL. **Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, [...] e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, [...] e dá outras providências.

BRASIL. **Projeto de Lei n.º 6.840/2013.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada

em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências.

CUNHA, Luiz Antônio. **O Ensino industrial-manufatureiro no Brasil:** origem e desenvolvimento. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n.14, p.89-107, maio/ago.2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** São Paulo: Unesp; Brasília: Flacso, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Médio: Atalho para o passado. **Educação & Sociedade**, v. 38, n.139, p. 373-384, 2017.

FERRETTI, Celso João. **A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação.** Estudos Avançados, São Paulo , v. 32, n. 93, p. 25-42, Ago. 2018 .

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino Médio Integrado:** concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio:** construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

KUENZER, Acácia Zeneida. O Ensino Médio agora é para a vida. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 21, n.70, p.15-39, 2000.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e escola: flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p.331-354, 2017.



SAVIANI, Dermeval. **O choque teórico da Politecnia. Trabalho, Educação e Saúde.** 2003.

SOARES, Priscila da Silva; AVILAR, Wilkerson Oliveira de.; PASQUALLI, Roberta. **A educação politécnica e a formação política dos jovens. Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, SP, v. 25, p. e023017, 2023.

Data de submissão: fevereiro de 2024

Data de aceite: dezembro de 2024